SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, COMO PRESERVAR? O caso da Duna Grande de Itaipu e do Sítio Sambaqui Camboinhas, Niterói, Brasil

Michelle M. Tizuka*

Carlos E. G. Jamel**

Fernando J. Cantele***

Fernando A. Soltys****

Maria F.S. Q.C. Nunes**

André P. A. Costa*****

Felipe S. L. Queiroz*****

Resumo

Dos mais de 20 mil sítios arqueológicos existentes no Brasil, apenas uma mínima parcela encontra-se em áreas de Unidades de Conservação (UC) brasileiras. Em Niterói, pelo menos 13 sítios foram identificados e registrados desde o final dos anos 1960, com destaque para os sítios Sambaqui Camboinhas e Duna Grande de Itaipu, sítios que atingem idades de 7 a 2 mil anos antes do presente e que se inserem dentro do Parque Estadual da Serra da Tiririca, Unidade de Conservação de Proteção Integral, criado em 1991. Grande parte deste patrimônio já foi perdido devido a empreendimentos imobiliários, que até hoje ameaçam e colocam em risco este rico testemunho da história pré-colonial. Como um fator extra de risco, destaca-se a sua inserção em área de veraneio, potencializando invasões e ocupações irregulares. Sabe-se que o conhecimento da arqueologia de uma região é capaz de contribuir para a mudança da visão ecológica e sociocultural da população, modificando, em vários aspectos, os valores pré-estabelecidos que o homem possui em relação à natureza e ao patrimônio cultural. A preservação e divulgação do período histórico e pré-colonial do local é, portanto, essencial para demonstrar sua singularidade e, especialmente

* Universidade Federal Fluminense, Av. Gal. Milton Tavares de Souza, s/n - São Domingos, Niterói, Brasil. ** Laboratório de Ecologia Aplicada, Instituto de Biologia, CCS, Av. Carlos Chagas Filho, 373- Cidade Universitária (Ilha do Fundão), Rio de Janeiro, Brasil

*** Fercant & Yahto Consultoria Científica, Rua Pedro Zolner, 395, Quitandinha, Brasil

**** Arqueólogo pesquisador autônomo

***** INEA, Rua Engenheiro Domingos Barbosa, nº4, Maricá, Brasil

na região oceânica da cidade de Niterói, cujo passado tão longínquo ainda é pouco conhecido pela própria comunidade e população e mesmo cientificamente. Foram diversos ciclos de transformação e evolução da paisagem no local, tanto antrópicas, quanto naturais, que trouxeram não apenas mudanças na configuração das dunas que sustentam os sítios arqueológicos, mas que ainda afetam o ecossistema lagunar do entorno. Neste trabalho, compartilhamos os desafios da preservação dos sítios arqueológicos supracitados, por estarem no contexto de região de veraneio contínuo e pressão pelo mercado imobiliário, mas em área de unidade de conservação, que impõe regras perante seu acesso à comunidade e população em geral.

Palavras-chave: arqueologia pública; preservação; unidade de conservação; patrimônio.

Introdução

As Unidades de Conservação – consolidadas no ano de 2000, mas que possuem uma historicidade anterior – são geralmente marcadas por conflitos entre os grupos humanos que ali residem e os gestores/legislação das próprias áreas (SIMÕES; FERREIRA, 2010; SERRANO, 2005). Essas áreas de proteção foram implementadas com objetivos que variaram ao longo de nossa história, mas, de forma bastante geral, eram instauradas na tentativa de conservar recursos naturais, preservar paisagens e manter a diversidade biológica. Com o passar dos anos e, com as discussões políticas e acadêmicas acerca do desenvolvimento e da preservação, as características culturais passaram a gozar de alguma relevância nestas áreas (DE CARVALHO; BACKXS, 2018). Mesmo após quase duas décadas da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000), as questões culturais ainda possuem pouca expressividade no cenário da preservação, quando comparadas com as questões ecológicas. Há ainda pouca expressividade das questões culturais nos Planos de Manejo das UCs (quando existem), e referências aos patrimônios materiais e imateriais são feitas de forma bastante sucinta e assumem o status de itens turísticos que, potencialmente, poderiam ser aproveitados na área.

No caso da UC Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), o Plano de Manejo considera aspectos dos saberes locais e espaços de memórias constituídos pelas próprias comunidades, que têm sua existência relacionada às UCs. Neste plano de manejo, encontramos a percepção do patrimônio como atrelado às comunidades que atribuíram (ou atribuem) sentidos aos patrimônios mencionados[†]

[†] Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/PESET-PM.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

Por outro lado, quando analisamos o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, também são raras as menções que relacionam os sítios às Unidades de Conservação. Para o Município de Niterói, encontramos ao menos 12 sítios, sendo 9 pré-coloniais e 3 históricos. Sabe-se que recentemente novas obras no Município (obras relacionadas à construção da via Transoceânica) levaram à identificação de pelo menos mais três sítios, no entanto estes dados ainda não estão publicados ou registrados no sistema. Para o Município de Maricá temos apenas disponível no sistema 8 sítios históricos e 2 pré-coloniais. No entanto, ressalta-se que o registro de sítios na plataforma do IPHAN não está atualizado.

Nos limites atuais do PESET (Figuras 1 e 2), três sítios cadastrados no IPHAN[‡] estão localizados no Município de Niterói: 1. Sítio arqueológico Duna Pequena (RJ00134), 2. Sambaqui de Camboinhas (RJ00133) e 3. Sítio Arqueológico de Itaipu (Duna Grande - RJ00132).

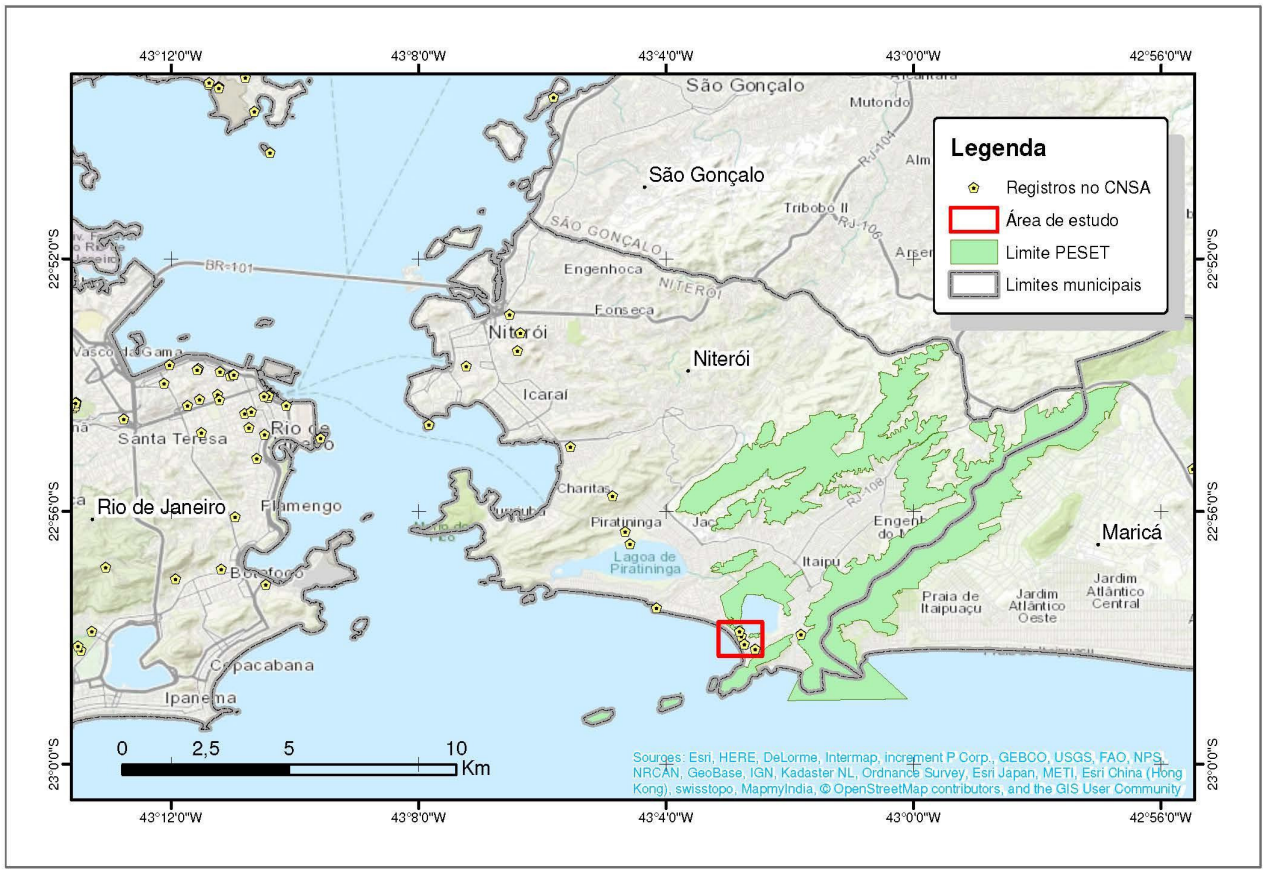

Figura 1 - Localização da área de estudo e limite do PESET

[‡] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227>. Acesso em: 20 out. 2019.

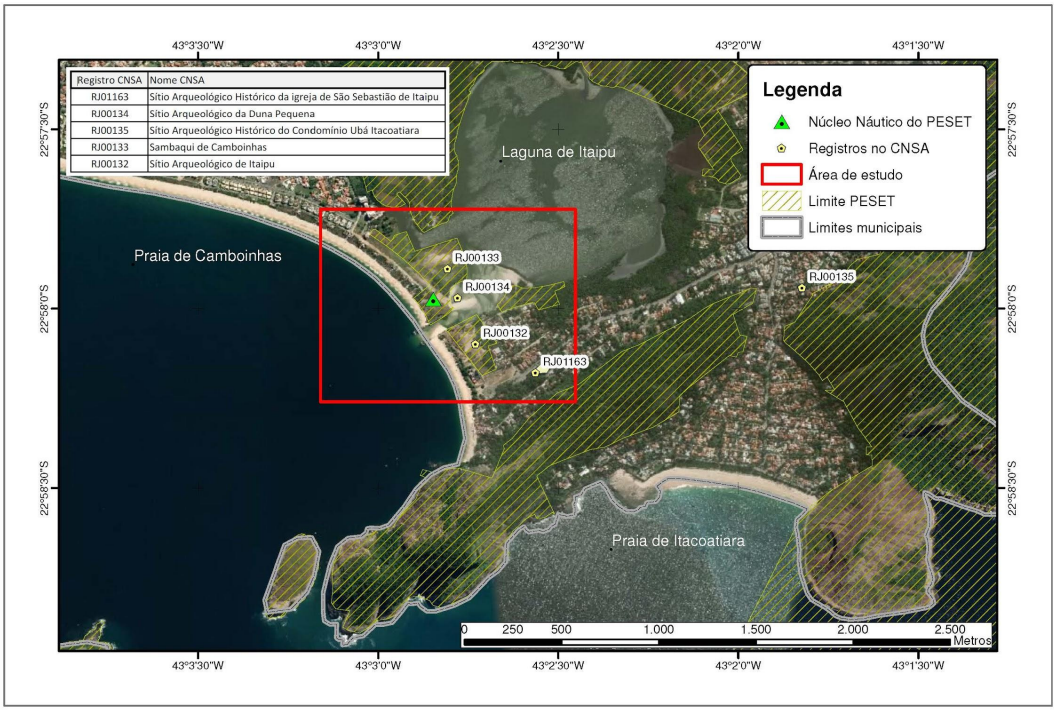

Figura 2 - Sítios arqueológicos cadastrados no CNSA - IPHAN dentro dos limites do PESET.

No presente artigo analisamos o contexto atual de dois sítios pré-coloniais em áreas de extrema vulnerabilidade ambiental: Duna Grande (também reconhecido como Sítio Arqueológico Itaipu) e Sambaqui Camboinhas. Existe uma variedade de estruturas conceituais para tratar da vulnerabilidade de um sistema ecológico-econômico, entre as quais se destacam as abordagens de Kasperson *et al.* (2005) e Turner *et al.* (2003) que apresentam três componentes que determinam a vulnerabilidade do sistema: exposição, sensibilidade e resiliência. A exposição é composta pelas características que definem as ações humanas às quais a vulnerabilidade ambiental responde devido às perturbações e impactos gerados (TURNER *et al.*, 2003). O grau do dano que ocorre em um sistema submetido a uma determinada exposição é determinado pela sua sensibilidade (KASPERSON *et al.,* 2005), ou seja, pelas condições ambientais do território que podem ser alteradas significativamente pelas forças motrizes (TURNER *et al.,* 2003). Por fim, a resiliência do sistema é o conjunto de respostas naturais e humanas aos danos, no sentido do restabelecimento do padrão anterior (ou próximo deste) de equilíbrio dinâmico do ambiente (TURNER *et al.*, 2003). Se as perturbações persistirem ao longo do tempo, o tipo e a qualidade da resiliência podem ser alterados, levando o sistema a funcionar em torno de um novo ponto de equilíbrio dinâmico (KASPERSON *et al.*, 2005).

Infelizmente, parte deste valioso patrimônio arqueológico já foi perdido devido a empreendimentos imobiliários no final dos anos 1970. Ainda hoje, outros empreendimentos imobiliários ameaçam e colocam em risco este rico testemunho da história pré-colonial. Desde 2004, o local sofre com a ameaça de construção de um complexo residencial com mais de 200 prédios em suas margens, após parte do terreno entrar em risco de exclusão do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) devido a ações de construtoras que alcançaram o Supremo Tribunal Federal (STF) e tiveram respaldo de dois Ministros. Desde 2004, moradores realizam movimentações em defesa das áreas no entorno da Lagoa de Itaipu e a partir de 2017 o movimento se intensificou assumindo uma identidade para o coletivo de diversas entidades locais e moradores da Região Oceânica de Niterói: o Movimento Lagoa para Sempre (parte do movimento é formado por antigos membros de outras mobilizações em defesa do patrimônio como a AMAITA – Associação de Moradores de Itaipu, ALPAP – pescadores tradicionais, Quinta dos Moradores de Itaipu – hoje Quintal dos Pescadores e outros). Este vem pedindo para que o MPF e a prefeitura considerem o terreno como Área de Proteção Permanente (APP) no novo plano diretor da cidade e legislação de regulamentação, respeitando também os limites do PESET.

Como um fator extra de risco, destaca-se a sua inserção em área de veraneio, potencializando invasões e ocupações irregulares. Enquanto Unidade de Conservação, o PESET mantém regularmente ações que monitoram e fiscalizam o local e sabendo da importância cultural do Sítio Arqueológico de Itaipu (Duna Grande) para o território, optou por realizar o seu cercamento no final de 2009. No entanto, percebe-se que há um confronto direto com parte da população que ali frequenta, com sinais frequentes de depredações às placas informativas, cercas que delimitam a Duna Grande e desrespeito quanto às normas de uso público. Parte da comunidade foi contra este cercamento, pois muitos dos moradores de Itaipu se referem à Duna Grande de forma bastante emotiva e nostálgica até hoje, refletindo sobre a falta de espaços reservados para o lazer, enaltecendo a segurança e liberdade que esses locais proporcionavam para todos especialmente para as crianças (Primo *et al.*, 2019). Por ser uma área de alta rotatividade de pessoas e frequentadores, ao longo destes dez anos de cercamento do sítio, percebe-se que parte da população ainda desconhece (e por conseguinte não valoriza) o local enquanto um patrimônio cultural e com isso, dificilmente pode vir a reconhecer o local enquanto um vetor de importância histórica e cultural da região, adquirindo um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material.

Dessa forma, retoma-se uma pesquisa sobre qual seria a percepção pessoal da comunidade sobre estes sítios arqueológicos, uma vez que é um desafio por estarem em

área de veraneio contínuo, mas no contexto de unidade de conservação, que impõe regras perante seu acesso à comunidade e população em geral.

Para esta área específica do entorno dos sítios arqueológicos Duna Grande e Sambaqui Camboinhas, percebemos que há um paradoxo de interesses, daqueles que entendem que é preciso isolar uma área de extrema relevância, e daqueles que julgam a privação do acesso ao sítio como forma de inibir o acesso ao conhecimento científico ou potencial turístico que poderia representar. O sentimento de alguns moradores é tão forte que não entendem o porque da necessidade de se restringir ao seu uso e acesso, uma vez que "*sempre esteve ali*" ou "*mas eu sempre entrei ali*".

Por fim, compartilhamos algumas das ações de educação ambiental e patrimonial que têm sido realizadas no local ao longo dos últimos quatro meses e concluímos com um convite a reflexão e discussão de formas de gestão destes sítios em áreas urbanas e de veraneio, de forma a se pensar em como sensibilizar a comunidade ao uso público do território sem que haja privação total ou acesso irrestrito aos sítios arqueológicos.

O Parque Estadual da Serra da Tiririca

Localização e breve histórico de criação

Criado em 1991, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) é a primeira unidade de conservação do Estado do Rio de Janeiro que surgiu a partir da mobilização da sociedade civil através de movimentos ambientalistas e comunitários. Situado na costa dos municípios de Niterói e Maricá e inserido na Região Turística Metropolitana do Rio de Janeiro, oferece trilhas e atrativos diversos. Tem bem próximas outras unidades de conservação também geridas pelo Instituto Estadual do Ambiente: a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Maricá e a Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Itaipu.

A região tem grande relevância histórica desde o século XIX, tendo sido visitado e descrito por diversos naturalistas que passaram pela área que hoje abriga o parque como o alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, que demonstrou o encantamento no livro "Viagem ao Brasil" e o inglês Charles Darwin em 1832, que citou sua passagem pela área que hoje é Parque no célebre "A Origem das Espécies" (SELLES & ABREU, 2002; INEA, 2015).

O processo de criação do parque foi impulsionado pela organização de movimentos comunitários e ambientalistas que não aceitaram as ameaças impostas à natureza local, no início na década de 1970 - período marcado pela intensificação da expansão urbana na região oceânica de Niterói -, pois já anteviam mudanças significativas para os ecossistemas

costeiros. Ao final daquela década, a abertura permanente da barra de Itaipu em razão de um desses empreendimentos imobiliários reduziu em definitivo o volume das lagunas, atingindo diretamente a de Itaipu. Os impactos eram de tal magnitude que deram ensejo à primeira ação civil pública do Brasil, subscrita por centenas de cidadãos, e ao primeiro estudo de impacto ambiental realizado no país (GRAEL, 2009).

Nos anos 1980, o movimento comunitário e ambientalista local avançou na forma objetiva de atuar e em dezembro de 1989 instituiu um grupo de estudos com o objetivo de embargar um grande loteamento na Serra da Tiririca. Foi preparado um documento que evoluiu para um projeto de lei estadual, de criação do parque, por fim aprovado no ano de 1991. Do ano 2000 em diante, a mobilização social continuou por várias instâncias de representação, tendo conseguido que toda a área de entorno da laguna, Área de Preservação Permanente (APP), especificamente os ambientes de mangue, brejo, restinga e duna, assim como as áreas de sítios arqueológicos, fossem consideradas de domínio da União e de interesse cultural. Após algumas ampliações, incorporando inclusive porções emersas das Ilhas do Pai, da Mãe e da Menina, seus limites atuais contam com uma área de 3.493 hectares distribuída entre espaços continentais e marinhos. O histórico de criação e descritivo das características fisiográficas do Parque podem ser encontrados em seu Plano de Manejo, publicado em 2015, que, com o intuito de organizar a administração do parque e orientar as diversas ações da equipe gestora, como a fiscalização e o uso público, teve a unidade dividida em quatro setores: Setor Serra da Tiririca, Setor Darcy Ribeiro, Setor Lagunar e Setor Insular (INEA, 2015b) (Figura 3).

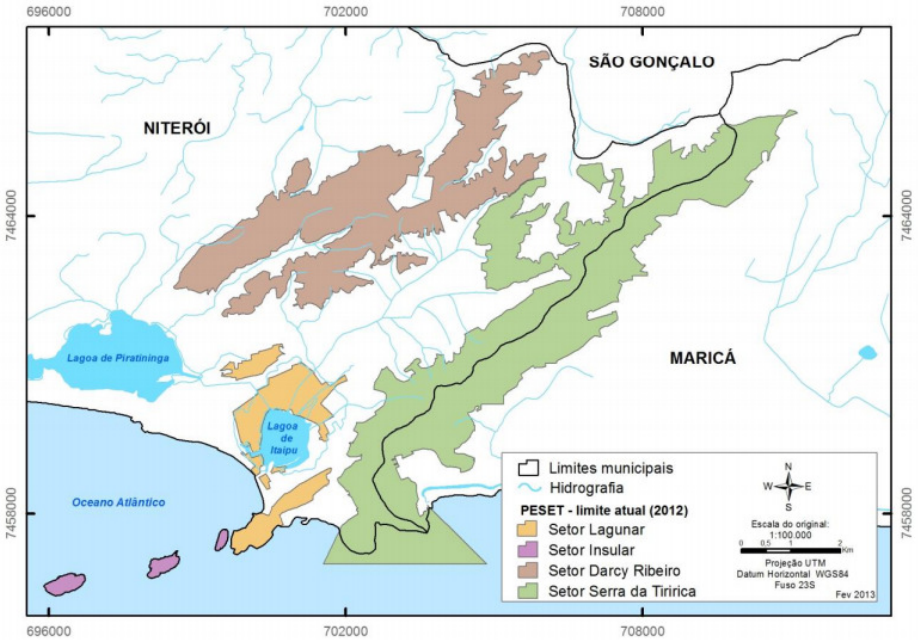

Figura 3 - Setorização do PESET. Fonte: INEA, 2015

O Setor Lagunar do PESET

O Setor Lagunar do PESET faz parte da sub região hidrográfica do Sistema Lagunar Itaipu-Piratininga, localizado integralmente no município de Niterói, sendo composta por uma planície fluviolagunarmarinha delimitada por divisores topográficos pertencentes aos maciços costeiros. O Morro do Elefante delimita esta sub-região a oeste, e o Forte Imbuí, a leste. Um modelo evolutivo para esta planície onde estão inseridos os sítios citados pode ser encontrado em Costa et al (2011) que apresenta três padrões sedimentares com análise das feições geomorfológicas e da classificação dos depósitos sedimentares no intervalo do Pleistoceno Médio ao Holoceno Inicial.

As duas lagunas que compõem este sistema possuem água salobra, sendo ambas conectadas pelo canal de Camboatá, que possui 2,15Km de extensão, largura de 9,50m e profundidade média de 0,40m. A bacia de Itaipu-Piratininga, com cerca de 51Km^2, tem suas áreas mais baixas quase totalmente urbanizadas, restando o entorno da Lagoa de Itaipu, hoje protegido pelo PESET, como único remanescente significativo das restingas e brejos outrora existentes na região oceânica de Niterói. Nos anos 1970 foi realizada uma obra na qual foi aberto um canal permanente de conexão entre a Lagoa de Itaipu e o mar, que fez com que a renovação de suas águas fosse prioritariamente controlada pelas marés.

Há presença da restinga, dunas, mangues e brejos e é neste setor onde estão situados os sítios arqueológicos da Duna Grande e terreno arqueológico onde foram realizadas as escavações do Sítio Duna Pequena e do Sambaqui Camboinhas. Este trecho litorâneo Itaipu-Camboinhas é uma das áreas arqueológicas de relevância do Rio de Janeiro, pelas evidências que apresenta de uma ocupação de pescadores-coletores cronologicamente muito antiga, sendo a mais antiga ocupação de todo o litoral centro-meridional brasileiro.

Em 2017, foi assinado Acordo de Cooperação entre o INEA e a Associação de Windsurf de Niterói (AWN), prevendo a implantação de estruturas e atividades previstas no Plano de Manejo do PESET, através da implantação do Núcleo Náutico do PESET (NNP), no Setor Lagunar. Desde então, ações de valorização e divulgação do patrimônio cultural e ambiental nesta região são realizadas durante a execução do evento denominado “Dia no Mar”: evento mensal organizado pela AWN em parceria com o PESET que tem como objetivo mostrar a crianças e jovens da região aspectos da conservação ambiental dos ecossistemas costeiros presentes no Parque e apresentá-los aos esportes náuticos não motorizados, com ênfase na vela (*windsurf*) e remo (*stand up paddle* - SUP - e caiaque). Pela proximidade do NNP ao Sambaqui Camboinhas e Sítios Duna Pequena e Itaipu (Duna Grande), procura-se

incentivar a prática de esporte náuticos não motorizados em harmonia com a conservação ambiental e com a valorização do patrimônio cultural.

Patrimônio Material e Imaterial do PESET

Dentro dos limites da UC do PESET são conhecidos diversos bens materiais e imateriais, a saber, o Recolhimento de Santa Teresa onde hoje abriga o Museu de Arqueologia de Itaipu, a Igreja de São Sebastião, a presença da comunidade tradicional pesqueira de Itaipu, entre outros. Além disso, festivais tradicionais como a Marejada já fazem parte do calendário anual de eventos locais. Partimos do princípio de que os interesses, métodos, perspectivas teóricas, normas e formas de atuação que reconhecem as potencialidades das aproximações entre Arqueologia, Museologia e Conservação são fundamentais para a compreensão e superação dos desafios acerca da preservação do patrimônio arqueológico.

Os Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa são tombados em instância federal pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo sido o bem inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes em 8 de janeiro de 1955 e é onde se instala o Museu de Arqueologia de Itaipu, unidade vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia do Ministério da Cultura (MinC). O Museu iniciou suas atividades em 22 de março de 1977 e não possui um instrumento legal de criação tal como um ato ou decreto, porém teve como projeto de criação (anos 1960-70), empreendido pelo arquiteto do IPHAN Edgard Jacintho, com o apoio de Renato Soeiro, diretor do Instituto à época. Foi pensado de forma a dotar o bem tombado, cujas ruínas passavam por processo de consolidação, de uma função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica, de forma a intensificar o turismo na região e alinhar-se às diretrizes do MEC naquele período.

Os museus têm sido lugares fundamentais para o desenvolvimento da ciência, principalmente das Ciências Naturais e da Arqueologia e Antropologia (FERREIRA, 2010), estabelecendo assim um relacionamento estreito desde o período imperial, com cunho nacionalista e colonialista, aspectos que marcam o desenvolvimento da Arqueologia e Museologia no Brasil, proporcionando ainda perfil no relacionamento entre as áreas (BRUNO, 2005).

No caso do MAI, o museu deveria, ainda, se estruturar em relação direta e integradora com seu entorno, suas atividades extrapolariam as convencionais exposições intramuros e se estenderiam aos sítios arqueológicos da região, em particular, o sítio Duna Grande - localizado a poucos metros do antigo recolhimento religioso, cujo tombamento pelo IPHAN

encontra-se em processo desde 1986, afora sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº 3.924/61 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Somente a partir de 2010, no entanto, o MAI passou a desenvolver trabalhos sistemáticos com o grupo de pescadores tradicionais, mas têm procurado incluir em suas ações educativas e exposições informações sobre a importância sociocultural da pesca e dos pescadores dessa região, associado às novas diretrizes político-conceituais do campo dos museus que ganharam força no país a partir de 2003 com a criação da Política Nacional de Museus. Cientes de que o tombamento das ruínas bem como a sistemática coleta de vestígios arqueológicos que deram origem ao Museu de Arqueologia de Itaipu foram empreendidos por moradores e pescadores de Itaipu, enfatizamos a importância que essas coleções possuem para os próprios, bem como para os campos do Patrimônio, Arqueologia, Museologia e História. Assim, através de uma recente ação de documentação do acervo arqueológico, foram buscadas as ferramentas mais adequadas de preservação e divulgação desse acervo junto à comunidade, recentemente lançado através do Projeto: "Inventário Participativo, Pessoas e Memórias de Itaipu", surgido da necessidade do Museu em discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos aos diferentes referenciais culturais desse território com o discurso museológico centrado exclusivamente no passado arqueológico e desconectado das populações tradicionais que aqui vivem secularmente (MAI, 2018) . O projeto, incluindo a catalogação do acervo e as entrevistas, encontram-se disponíveis no site da Instituição através da Plataforma do Projeto Tainacan[§].

Os sítios arqueológicos Duna Grande e Sambaqui de Camboinhas

Ambos os sítios se inserem no contexto arqueológico que tratam do processo de ocupação dos pescadores, coletores e caçadores na área compreendida pelo estado do Rio de Janeiro. Gaspar (1996) menciona que no que se refere ao período compreendido pela sua análise, deve-se ressaltar o papel precursor de Ondemar Dias Jr., que foi o primeiro a enfocar questões especificamente arqueológicas, tendo os trabalhos desenvolvidos sob sua coordenação marcado o início da pesquisa científica no estado do Rio de Janeiro. De fato são dele (DIAS JUNIOR, 1969, 1978/79/80, 1988; DIAS JUNIOR & CARVALHO 1983/84, 1990) e da Arqueólogas Lina Kneip e Luciana Palestrini os primeiros trabalhos e pesquisas realizadas nestes sítios (KNEIP 1976, 1977; KNEIP & PALLESTRINI & CUNHA, 1981;

[§] Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/projeto-tainacan/>. Acesso em: 20 out. 2019.

KNEIP & PALLESTRINI 1987; KNEIP & CRANCIO & RODRIGUES, 1990) e que são ainda as maiores fontes de informação arqueológica sobre eles que se pode encontrar.

Duna Grande

O Sítio Duna Grande (CNSA: RJ00132) também conhecido e registrado no CNSA como Sítio Arqueológico de Itaipu, trata-se de um sítio pré-colonial sobre dunas com altura máxima de 30m e área aproximada de 10.000m² de acordo com a ficha de sítios do banco de dados do CNSA. Foi registrado por Lina Kneip e Maria da Conceição M. Coutinho em 1968. Pela sua proximidade do Sambaqui Camboinhas e talvez pelo fato de estar localizado sobre dunas, comumente é reportado e referenciado como “sambaqui Duna Grande”, aparecendo por vezes em ações locais ambientais na luta pela preservação do seu patrimônio. No entanto, desde 2017, palestras informativas no próprio MAI por parte dos autores aqui presentes têm sido oferecidas para que aos poucos este conhecimento seja multiplicado a comunidade local.

O local nunca fora investigado sistematicamente através de uma pesquisa acadêmica, sendo realizadas intervenções locais e pontuais dado os achados específicos de vestígios em superfície e devido ao risco iminente no qual se encontravam conforme referências acima mencionadas entre os anos de 1978 a 2010 com intervalos de execução e investigações de resgate e escavações pontuais). A Figura 4, a seguir, mostra imagens do cercamento no entorno da Duna Grande, com a Identificação do sítio e placas informativas que são alvo de constantes depredações (no exemplo, tentativa de destruição por fogo).

Figura 4 - Cercamento no entorno da Duna Grande. A) Identificação do sítio e placas informativas (B) placas alvo de constantes depredações (no exemplo, tentativa de destruição por fogo).

Sambaqui Camboinhas

O histórico da identificação do Sambaqui Camboinhas é interessante, pois em 1978, inicialmente havia sido localizado o sítio arqueológico da Duna Pequena durante a abertura

da estrada de Camboinhas, que já o deixa parcialmente destruído (Figura 5). Assim, em 1979, é elaborado um projeto de salvamento do sítio, tendo em vista um projeto maior de urbanização da orla litorânea de Itaipu a ser efetuado pela Cia. De Desenvolvimento Territorial, dita proprietária da área. No entanto, durante a pesquisa no sítio Duna Pequena, localiza-se o novo sítio: o Sambaqui de Camboinhas (Figura 6), último remanescente arqueológico tipo sambaqui da região entre Niterói e Saquarema.

Figura 5 - Imagens das escavações do sítio arqueológico Duna Pequena de Itaipu por ocasião da abertura da estrada para Camboinhas, em 1979. Foto: Lina Maria Kneip. Acervo fotográfico Lina Maria Kneip/Museu Nacional - UFRJ. Fonte: INEA, 2015

Figura 6 - Prospecção do Sambaqui Camboinhas, em 1979. Abertura de trincheiras (a), Escavação de superfície ampla (b). A pesquisadora Lina M. Kneip, escavando uma estrutura no sambaqui (c), estrutura escavada no sambaqui (d). Foto: Lina Maria Lneip. Acervo fotográfico Lina Maria Kneip/Museu Nacional. Fonte: INEA, 2015

Datações indicando a ocorrência de populações costeiras há mais de 8000 anos a.P. foram propostas por Kneip *et al.* (1981) para o Sambaqui Camboinhas pelo método tradicional de contagem beta, produzindo resultados imprecisos e sendo questionada a datação de 7958 +- 224 anos a.P. para que então uma nova contagem convencional beta de uma amostra de concha fosse realizada. Desta vez, a data calibrada resultou em 7000-6000 anos a.C., porém não há informações sobre a data não calibrada. A antiguidade deste sítio tem sido questionada pela comunidade arqueológica brasileira (GARCIA, 1979; MUEHE & KNEIP, 1995; LIMA *et al.* 2004).

De qualquer forma, reconhece-se a antiguidade deste sítio que é hoje ainda um dos mais antigos para o estado do Rio de Janeiro, em conjunto com o sítio Algodão, localizado em uma pequena ilha em Angra dos Reis (LIMA *et al*., 2002; LIMA *et al.,* 2004) que também apresenta datações antigas.

Atualmente o local onde abrigava o Sambaqui foi impactado com a construção de um prédio e ao menos parte da superfície foi arrasada com retiradas e remobilizações do sedimento. No entanto aglomerados de conchas com sedimentos escuros ricos em matéria orgânica além de material lítico lascado (quartzo) ainda são vistos nas proximidades do sítio, à frente de praça pública negociada com o empreendedor na década de 1970 para manter parte do testemunho do Sambaqui (Figura 7).

Figura 7 - Edifício familiar (a), terreno próximo a ele (b) e lascas de quartzo (c) onde se acredita ser o local original do Sambaqui de Camboinhas. Foto: Tania Andrade Lima. Fonte: INEA, 2015. .

Os acervos arqueológicos da Duna Grande e do Sambaqui Camboinhas

Sobre os vestígios arqueológicos provenientes destes dois sítios, a maior parte foi agrupada na coleção Hildo de Mello Ribeiro, morador da região e interventor da Colônia de Pesca Z-7 que iniciou sua coleção particular com vestígios coletados da Duna Grande em 1968 e que hoje encontra-se depositada no MAI. Dados indicam que, preocupado com a exposição de material arqueológico na Duna Grande ocasionada pelas intempéries que colocavam em

risco a preservação destes objetos e que acabavam sendo coletados por pescadores e visitantes esporádicos da praia, Hildo passa a recolher sistematicamente o acervo aflorado bem como aquele retirado e em posse de outros moradores da região. Desta forma, Hildo toma para si a tarefa de coletor e guardião desses objetos, sendo reconhecido pelo IPHAN como arqueólogo amador e tendo suas credenciais outorgadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. A forma como se constituiu essa coleção chama atenção pela ação consciente de moradores, pescadores e do interventor da Colônia de Pesca para a guarda e segurança do acervo (MAI, 2018b).

Existem ainda na coleção do MAI os blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas que foram preservados em 1979, no momento da Pesquisa de Salvamento em Itaipu, realizada sob coordenação da Prof.a Dra. Lina Maria Kneip, através de um acordo de cooperação técnica entre o IPHAN e o Museu Nacional/UFRJ. O objetivo dessa cooperação era auxiliar os profissionais do MN na localização, identificação e verificação do estado de conservação dos sítios arqueológicos do estado do Rio de Janeiro e estudar a adaptação de culturas caçadoras, pescadoras e coletoras litorâneas e a evolução do meio natural.

Infelizmente, sabe-se que parte do acervo arqueológico do Sambaqui Camboinhas estava no Museu Nacional pode ter sido destruído no incêndio de 2018. Parte do acervo, ainda não conferido e inventariado, estaria no Museu Histórico Nacional, porém a sua conferência ainda não foi realizada e está prevista para o início de 2020. Certamente, coleções particulares com outros moradores ou da própria comunidade podem ter sido formadas, além da possibilidade de existir acervos em outras Instituições de Guarda no Estado do Rio de Janeiro, e também serão alvo de consultas e pesquisas no início do próximo ano.

Percepção dos sítios arqueológicos por parte da comunidade local

Localmente, há uma interessante observação com relação ao que a comunidade local interpreta e sabe sobre os sítios. Existe um conhecimento comum que o MAI abriga vestígios arqueológicos ou remanescentes de populações pretéritas e de que é um sítio tombado, além de diversos depoimentos dos “mais velhos” que relatam experiências pessoais de uso e entendimento dos sítios, principalmente da Duna Grande, com a visualização de artefatos e objetos de “vidro” localizados quando frequentavam o local, e histórias que desde crianças escutavam se seus familiares e outros colegas.

As pesquisas arqueológicas realizadas pelo Museu Nacional iniciados a partir de 2010 (CARVALHO, 2010) impactaram o novo processo de valorização do patrimônio local e

sensibilização da comunidade no entendimento do que representa a Duna e o seu processo de ocupação para manutenção dos valores e cultura local.

Andrade (2018) menciona que, sob outra perspectiva, foi realizada pesquisa de salvamento emergencial no sítio arqueológico Duna Grande por uma equipe do Museu Nacional, coordenada pela arqueóloga Claudia Rodrigues Carvalho, que teria sido, especificamente, para uma área com exposição de uma calota craniana que resultou na evidenciação de quatro sepultamentos. Esta pesquisa trouxe impacto sobre a interpretação deste sítio arqueológico como acampamento, como definido por Prous (1992), fazendo o contraponto sobre todas as abordagens anteriores para o contexto arqueológico de Itaipu[**].

Em recente artigo, Primo *et al.* (2019) demonstram como, a partir do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias (MAI, 2018), foi possível identificar diferentes relações dos moradores de Itaipu - bairro da Região Oceânica da cidade de Niterói/RJ - com o acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), composto pelos acervos provenientes dos sítios arqueológicos Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui Camboinhas. Muitos relatam principalmente a Duna Grande, que tinha o dobro do tamanho que tem hoje, e de como brincavam livremente no local, encontrando por vezes vestígios arqueológicos, mas que não entendiam o que eram e assim, acabavam por não reconhecer e dar valor aqueles objetos:

> A Duna era muito grande, não dava para ver a nossa casa, atrás. A gente pegava papelão e ia escorregando até embaixo, era a única coisa que tinha para brincar. A gente achava muito osso de gente na Duna, bem branquinhos, mas não dava importância. Disseram que tenho sangue de índio, da família do meu pai. Sei por causa das histórias que contaram para gente, mas é muito antigo isso. Depois que fizeram o Canal, nunca mais fui para lá. (Lucia Rosa de Abreu)
> Na Duna a gente pegava ossos, achava muitas coisas antigas e coisas que não eram tão antigas assim. Achávamos tudo o máximo e aquilo tinha uma importância incrível para nossa vida. A gente sempre pegava as coisas, mostrava primeiro em casa e na comunidade e depois trazia para o Museu. Um dia, a gente começou a cavar e apareceu uma ponta. A gente puxava e não saía, até a hora que a ponta cresceu! Nós cobrimos com um pano, ficamos com muito medo de estragar. Realmente foi a coisa mais incrível que achamos, foi o que sempre sonhamos - criança pensa logo que é de dinossauro! Ficamos contemplando aquilo sem saber o que fazer (...)mas a gente tinha que se virar porque era uma descoberta nossa! (...) Uma vez fui numa exposição em um museu lá no Rio e vi que estava tudo em nome do interventor da Colônia, tudo o que a gente tinha achado. Eu fiquei muito mal, nunca mais trouxe nada para o Museu e nem fui procurar. Essas coisas acabaram me afastando, porque eu via aqui como se fosse o lugar de ter histórias da comunidade, uma história local que contasse como começou. A

[**] De acordo com Andrade (2018), os resultados dessa pesquisa estão disponíveis no relatório encaminhado ao IPHAN/SE-RJ. Durante a entrevista realizada com Claudia Carvalho em 06/04/2018, a arqueóloga informou que o artigo está sendo finalizado para ser publicado em breve.

> gente não tinha acesso ao Museu e não tinha os méritos de trazer nossa história para cá e isso nos afastou por muito tempo (Erika Gonçalves de Souza)
> Na Duna, a gente pegava ponta de flecha, osso, negócio de amolar pedra, jogava tudo fora, não dávamos importância. Quem andou juntando foi o Seu Hildo. Foi pegando, sem muito método, mas ele que viu que aquilo ali precisava ser preservado (Carlos Augusto Valderato da Cunha).

Primo *et al.* (2019) relatam serem pessoas conscientes de que a existência do sítio arqueológico, do Museu e dos espaços tombados da região são barreiras para a especulação imobiliária e para os constantes ataques e remoções que sofrem, na mesma medida em que refletem sobre a falta de diálogo com as instituições do Estado que atuam na região mas que dentre as diversas informações e análises possíveis desses relatos, é possível afirmar que a preservação do sítio arqueológico passa por reconhecer o importante papel que ele possui para as sociedades contemporâneas e como as comunidades tradicionais atuam para sua proteção.

Pesquisa sobre percepção dos sítios arqueológicos da região oceânica de Niterói

Desde a execução do Plano de Manejo do PESET (INEA, 2015), treze principais problemas foram apontados em relação a possíveis impactos ao local e patrimônio cultural local, além de ameaças à própria UC:

1. Maior parte da área da UC é composta de áreas privadas.
2. Especulação imobiliária.
3. Construções irregulares/crescimento populacional desordenado.
4. Ocorrência de espécies exóticas e invasoras.
5. Turismo depreciativo em alguns atrativos e trilhas do parque.
6. Caça (principalmente captura de aves).
7. Baixa eficiência do poder público municipal em algumas áreas do entorno.
8. Incêndios florestais (principalmente pela soltura de balões).
9. Prática de motocross e de mountain bike erodindo trilhas.
10. Invasão da Duna Grande por jipes e quadriciclos.
11. Descarte irregular de resíduos sólidos em áreas do parque.
12. Efeito de borda acentuado.

13. Ameaças de impactos ambientais diversos devido à construção de grandes empreendimentos em seus arredores (emissário terrestre/submarino do Comperj, o próprio Comperj, descarte de material de dragagem no litoral de Niterói, etc.).

Mesmo com as recentes pesquisas arqueológicas realizadas pelo Museu Nacional na Duna Grande (2010 e 2018), e ações constantes de fiscalização e monitoramento pelo PESET, sabe-se que a equipe técnica é pequena dada a área de cobertura do Parque, mas por outro lado, movimentos e ações ambientais promovidas em prol da conservação da UC tem crescido nos últimos anos conforme mencionado anteriormente, demonstrando que a comunidade e população local e identifica com o local e luta pela preservação do território.

Inspirados pelo recente inventário participativo realizado com a comunidade dos pescadores e seus familiares que aqui residem há décadas e que conheciam e reconheciam a Duna Grande como um local de relevância a preservação da cultura de seus antepassados (PRIMO *et al.*, 2019) e da percepção da comunidade local pesquisada na Tese de doutorado de Andrade (2018), idealizamos e realizamos uma pesquisa experimental sobre percepção dos sítios arqueológicos com o foco, principalmente, de atingir outros grupos focais, sejam eles residentes ou não na Região Oceânica de Niterói, mas que frequentam o território mencionado, de modo a complementar as diferentes visões e perspectivas que os diferentes segmentos sociais tem como um todo sobre o patrimônio arqueológico da região de Itaipu-Camboinhas.

A pesquisa foi realizada através de um formulário elaborado no *GoogleForms* e disponibilizado para livre compartilhamento em diversos grupos de voluntários atuantes na região oceânica principalmente por meio de um link de direcionamento em redes sociais. O objetivo dessa pesquisa era uma inspeção experimental sobre qual é a percepção dos sítios arqueológicos alvo, com o foco daqueles que atuam em prol da conservação e defesa da UC do PESET ou ainda dos moradores locais, dessa forma, para este artigo, consideramos como usuários do PESET. Sabe-se que mais de 100 pessoas foram atingidas por meio desse compartilhamento de pesquisa, porém obtivemos apenas 28 respostas durante 10 dias disponibilizados no mês de setembro de 2019. Nenhuma pergunta era de resposta obrigatória, com a ressalva de que todos declararam estarem cientes e de acordo com o Termo de Consentimento apresentando os dados e objetivos da pesquisa na tela inicial.

Das 28 pessoas que responderam a pesquisa, 14 eram mulheres e 14 homens, sendo mais de 50% não voluntário ambiental do PESET. As idades foram variadas, com 39% entre 50 a 59 anos e 21% entre 30 a 49 anos, o que para a nossa pesquisa é um dado interessante,

uma vez que muitas dessas pessoas puderam acompanhar as fases de alterações na paisagem local e mesmo a abertura do canal, realizada na década de 1980. Cerca de 50% dos usuários residem atualmente na região oceânica.

Sobre os sítios arqueológicos, questionamos, na seguinte ordem, as perguntas abaixo listadas com diferentes formas de respostas, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Perguntas listadas com diferentes tipos de respostas

Perguntas	**Tipo de resposta possível**	**Respostas recebidas**
1. Para você, o que é um sítio arqueológico?	livre resposta	24
2. Para você, para que serve um sítio arqueológico?	livre resposta	23
3. Já ouviu falar do Sambaqui Camboinhas?	sim, não ou não tenho certeza	28
4. Já ouviu falar da Duna Grande?	sim, não ou não tenho certeza	28
5. (em caso de afirmativa da resposta anterior) Você concorda com o cercamento da Duna Grande?	livre resposta	22
6. Para você qual a melhor forma de preservar um sítio arqueológico?	livre resposta	21

- “Para você, o que é um sítio arqueológico?”

Das 24 respostas recebidas, apenas uma pessoa afirmou não saber. Os demais em sua maioria entendem o sítio arqueológico como um “local” ou “área” “*onde ficaram preservados testemunhos e evidências de atividades do passado histórico, seja, esse, pré-histórico ou não”, “aonde são encontrados vestígios sobre populações que ali residiam, sejam elas esqueletos, instrumentos entre outros artigos”.*

Apenas uma resposta indica ter a pessoa conhecimento sobre patrimônio, onde afirma: “*Preservação do patrimônio cultural brasileiro”* e por outro lado, percebe-se ainda haver uma confusão de terminologias, talvez pelo fato de termos na UC do PESET sítios arqueológicos: “*Uma unidade de conservação ambiental”.* Atenta-se para o fato que a comum relação com a Paleontologia ainda é presente no pensamento dos entrevistados, pois tivemos como exemplo respostas como: “*Área histórica , onde posso se encontrar fósseis” ou “É um local aonde se encontram achados arqueológicos, como restos de objetos, ossadas, fósseis e construções antigos”.*

Sejam evidências de grupos humanos, objetos ou evidências de ações humanas no passado, outros exemplos de respostas que ressaltamos são que as pessoas tem a sensibilidade de ser o sítio um local a ser preservado: " *Sítio arqueológico é um local que possui uma diversidade de materiais arqueológicos importantes para determinado local e que fazem parte da história daquele ambiente"; "Local onde existem objetos que ajudam a construir a história"; "Área a ser preservada dada importância histórica", entre outras.*

- "Para você, para que serve um sítio arqueológico?"

Desta vez, 23 respostas foram registradas, com novamente apenas uma afirmando não saber e outra que repetiu a mesma resposta da pergunta anterior: " *Sítio arqueológico, local arqueológico ou estação arqueológica é um local ou grupo de locais - cujas áreas e delimitações nem sempre se podem definir com precisão - onde ficaram preservados testemunhos e evidências de atividades do passado histórico, seja, esse, pré-histórico ou não".* Interessante observar que 30% das respostas mencionam a palavra "pesquisa" ou "estudos", como por exemplo: "*Para estudo histórico e cultural*"; "*Utilizado para pesquisas e educação ambiental da população*"; "*Para pesquisa, aprendizado e conservação de nossa história*".

"*Para a preservação da memória e do banco de informações ali presente da história daquele local*" além de "*para encontrar material de décadas antigas"* estão aliadas ainda a compreensão de que "*Serve para compreender melhor o que se passou naquele lugar e também preservar a cultura e história de anos atrás, para que as pessoas tenham esse conhecimento sobre o passado local",* ou seja, temos aqui uma parcela que está ciente de que o estudo e pesquisa de um sítio arqueológico pode de fato resgatar e valorizar a cultura e identidade local de forma que "*Um local para preservação da memória de um povo, etnia ou de uma sociedade organizada*" e ainda de que "*Serve para manter a memória dos costumes, sua história e para a pesquisa*".

Por fim, obtivemos uma resposta mais completa, onde a questão do profissional da Arqueologia foi mencionada: "*Eu acredito que os sítios arqueológicos são um patrimônio da humanidade, podendo colaborar para o avanço do nosso conhecimento. Assim, eu acho que os sítios arqueológicos devem ser preservados e pesquisados por profissionais qualificados na área de Arqueologia, que têm o preparo para lidar com esse tipo de local*".

- “Já ouviu falar do Sambaqui Camboinhas? Já ouviu falar da Duna Grande?”

Para essas duas perguntas obtivemos a totalidade das respostas (28) para cada. Com relação ao Sambaqui Camboinhas, 75% afirmaram que já ouviram falar do sítio, contra 17,9% que não ouviram falar e ainda com 7,1% das respostas dizendo não terem certeza.

Já com relação a Duna Grande, a porcentagem daqueles que já ouviram falar do sítio aumenta para 85,7%, contra 14,3% que não ouviram falar.

- “Você concorda com o cercamento da Duna Grande?”

Essa pergunta estava condicionada a resposta “sim” da pergunta anterior “Já ouviu falar da Duna Grande?” e foi de livre possibilidade de escrita, ou seja, a pessoa escrever livremente sua opinião. Metade das 22 respostas recebidas foram diretas apenas respondendo por “sim”, onde uma justifica que condiciona sua resposta: “*Sim, se for elaborado um planejamento de acesso controlado e planejamento das visitas no local com monitores ambientais*. Apenas uma resposta afirmou ser contra, respondendo que “não”, sendo que a mesma pessoa que disse não, indica ser, para ele(a) o monitoramento com visitas guiadas a melhor forma de preservar o sítio arqueológico.

Algumas respostas indicam dúvidas, mas indicam possíveis alternativas e/ou soluções, como por exemplo: “*Não muito. Acho que deveria ter mais agentes ambientais no local como forma de orientar os frequentadores sobre a importância do local em si*” . Na próxima pergunta, a mesma pessoa respondeu na mesma linha daquele(a) que é contra o cercamento, mencionando que a melhor forma de preservar o sítio poderia ser uma “*Orientação aos visitantes. Acredito que tendo um ponto aonde profissionais possam ficar para passar informações sobre o local*”.

Outras respostas indicam certo pessimismo com relação a mudanças de comportamento ou atitudes por conta das pessoas: “*infelizmente sim, pois a nossa população e ignorante e não respeita nada*“ ou ainda “*Creio que o cercamento é uma atitude mais extrema, mas a que melhor se encaixou no local. Infelizmente nossa sociedade ainda tem um longo caminho pela frente para percorrer até chegar a um nível de conscientização social responsável.”* e ainda “*Sim, pois protege da ação dos vândalos e desperta na população o interesse de conhecer e proteger*.”

Duas respostas indicam que mesmo a pessoa conhecendo ambos os sítios arqueológicos, não estão cientes de que a Duna Grande havia sido cercada (ambos usuários não residem nem trabalham na região oceânica o que pode indicar não terem retornado ao sítio há pelo

menos dois anos): "*Não estou ciente sobre o que é essa proposta ou o que ela significa exatamente, mas acho sim que muitas vezes é uma boa ideia restringir o acesso a sítios arqueológicos e outros locais similares, como sítios paleontológicos. Muitas vezes, sítios que são deixados desprotegidos podem ser danificados ou mesmo totalmente destruídos por pessoas ignorantes, (que não necessariamente são mal intencionadas) isso sem contar que os próprios elementos ou a ação de animais pode acabar causando danos. Assim, por mais que um eventual cercamento possa gerar desconforto e desconfiança, acho que é mais prudente fazer isso do que deixar o sítio exposto e indefeso*." A mesma pessoa é quem menciona nas suas respostas a presença de um arqueólogo no local ou envolvido na questão.

Em suma, o cercamento da Duna Grande no geral é bem vista pelos entrevistados, no entanto, as sugestões e críticas são positivas, no sentido que avaliam haver a necessidade de maiores informações ou permitir o acesso por meio de visitas guiadas. Realizar essas ações em sítios arqueológicos sobre dunas é um trabalho complexo, dada a sua alta taxa erosiva, principalmente pelos limites do próprio sítio nunca terem sido pesquisados. No entorno do sítio arqueológico existem já grupos que realizam visitas guiadas, onde o visitante pode passar ao lado da Duna, e conhecer seus limites. Mesmo assim, entende-se que a comunidade sente falta dessa interação com o ambiente, com a paisagem, de estar de fato no local. A viabilidade de uma melhor explanação ou permitir uma experiência semelhante de "estar no local" provavelmente será investigada futuramente.

- "Para você, qual seria a melhor forma de preservar um sítio arqueológico?"

Foram recebidas 21 respostas para esta última pergunta. A maior parte concorda com a necessidade de haver um local, "*aonde profissionais possam ficar para passar informações sobre o local*" e "*desenvolvendo um Centro de pesquisa e visitas guiadas, gerando trabalho e renda para os jovens da comunidade*", realizando ações de educação. Por exemplo, foi mencionado "*colocar como visita guiada nas escolas de primeiro grau, tornar o assunto interessante , criar fantasia na cabeça das crianças sobre o passado, tornar o assunto interessante e fazer mais divulgações das pesquisas realizadas*".

Monitoramento, sinalização, orientação e fiscalização foram citados, e também "*manutenção constante com aplicação de recursos, além da divulgação*", mesmo que para isso seja necessário "*barreira fisica*" mas sem esquecer da valorização histórico e cultural do sítio. Com algumas respostas percebe-se que são de moradores ou frequentadores assíduos no local da Duna Grande, pois mencionam a presença de alguns agentes que realmente são

proibidos por estarem em área da UC: "*Evitar que perturbem muito a área principalmente com a presença de quadriciclos. E além disso, divulgar mais sobre a área, pois muitos não conhecem*". Uma resposta foi bem radical: "*Deixando os seres humanos bem longe dele"*.

Por outro lado, recebemos respostas de alguns que até podem conhecer os sítios porém não o visitaram ainda ou não o visitam há alguns anos pois menciona: "*Impedir acesso livre de pessoas não autorizadas, implantar ponto de informação permanente no local com exposição de achados arqueológicos, fazer visitas guiadas*".

Apenas uma resposta menciona novamente o papel e presença de um arqueólogo, sendo que "*Para mim, a melhor forma de se preservar um sítio arqueológico é deixá-lo sob a supervisão de um arqueólogo profissional, que tenha um bom entendimento sobre o contexto histórico daquele sítio e uma formação em gestão e conservação de patrimônios importantes e insubstituíveis como este*".

Sítios arqueológicos em Unidades de Conservação, como então preservar?

A área do parque também é legalmente protegida pelo município, tanto pela presença de unidades de conservação municipais sobrepostas ao PESET (Reserva Ecológica Darcy Ribeiro e Área de Proteção Ambiental das Lagunas e Florestas de Niterói), quanto pelo Plano Diretor Municipal, conforme constatado em seu art. 241. A proteção presente neste artigo do Plano Diretor não é especificada, o que poderia dar margem a interpretações diversas quanto ao nível de proteção. Porém, ainda em seu Plano Diretor, o município de Niterói confere status de proteção especial às unidades de conservação.

A despeito do reconhecimento da área em sua legislação, com referência ao planejamento territorial, constata-se pouco envolvimento do governo municipal na conservação da região onde se insere o PESET (INEA, 2015b). Desde a década de 80, o licenciamento urbanístico e ambiental municipal tem sido permissivo com a especulação imobiliária e demonstra uma recusa tácita em reconhecer as áreas anexadas no entorno da lagoa de Itaipu como unidade de conservação. Um exemplo patente citado inclusive no Plano de Manejo, é o fato da Prefeitura Municipal de Niterói não revisar o licenciamento equivocado de empreendimentos que ocupariam extensa área de preservação permanente no entorno da lagoa de Itaipu e sobre os sítios arqueológicos do Sambaqui Camboinhas e Duna Pequena. Ressalta-se que o Município legisla sobre o uso do solo, mas deveria respeitar toda a legislação de hierarquia superior. Além do que é disposto pela Constituição Federal de 1988 em seus Art. 215 e 216, a Lei Federal nº 3.924/ 1961 em seus Art 3º e 5º também visam a proteção do patrimônio arqueológico e citam sobre as providências no caso de destruição ou mutilação,

para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis entre outros. Além disso, o Art 26 menciona que:

> Para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Mediante solicitação, o IPHAN pode ter colaboração de estados e municípios através da Lei nº 7.347/1985, conforme disposto no Art.4º:

> Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Conforme apresentado no presente artigo, ocupações e uso irregular do território, em especial do Setor Lagunar do PESET têm sido frequentes e constantes e sabe-se que é um desafio que não será resolvido em pouco tempo. No entanto, com a pesquisa experimental realizada, percebe-se que a comunidade ainda carece de maiores informações e aproximação de técnicos sobre o que são sítios arqueológicos e mesmo onde eles estão e o porquê de serem preservados. As respostas obtidas por vezes são objetivas, porém nota-se que a comunidade talvez ainda não entenda o MAI como um local onde podem buscar por essas informações, ou mesmo, a carência de mais ações de divulgação do conhecimento científico local no local seja ainda uma questão a ser estudada e promovida com maior regularidade.

Palestras e encontros técnicos sobre os temas Arqueologia, Geodiversidade e Biodiversidade costeira têm sido realizadas no Museu, especialmente em datas comemorativas, ou através de ações de ONGs, Associações ou mesmo em eventos de promoção internacional, como atividades de “Clean Ups”, além de trilhas educativas e visitas guiadas no entorno do sítio arqueológico por condutores ambientais e voluntários cadastrados do PESET e no território onde se situava o Sambaqui Camboinhas por voluntários da Associação de Windsurf de Niterói (Figura 8). No entanto, formações e divulgações regulares destes conhecimentos, ou manutenção e divulgação maior da pesquisa para além da academia de forma local aos que ali frequentam, ainda é um desafio, dada a rotatividade de usuários que por vezes vem de outros Municípios e que encaram o local apenas como área de veraneio.

Certamente as publicações e apresentações das Teses de doutorado de Andrade (2018) e das pesquisas do Museu Nacional coordenadas pela profa. Dra. Claudia Carvalho Rodrigues que estão em andamento, serão de extrema relevância para valorizar ainda mais o patrimônio arqueológico aqui discutido.

Figura 8 - Ações realizadas em 2019 de voluntários da Associação de Windsurf de Niterói: (A) ação patrimonial informativa no entorno da Duna Grande e (B) educação ambiental no Núcleo Náutico do PESET durante o evento "Dia no Mar"

Na presente pesquisa, houve um consenso daqueles que acreditam ser o cercamento uma boa forma de preservação da Duna Grande, porém com a constante degradação e invasão dos locais que normalmente são cercados, requerendo novos recursos e equipes constantes para a sua manutenção pelo PESET demonstra que ainda é preocupante a falta de educação e respeito para com o patrimônio cultural ou ambiental. Cercar, isolar ou mesmo proibir acessos aos locais sem a devida informação parece ser uma solução temporária e que a longo prazo não se torna efetiva. O que e como preservar então este rico patrimônio arqueológico à beira de novas especulações imobiliárias e recentemente com o avanço do turismo na região?

Para um Município que carece de um Museu histórico que conte sobre sua história e seus agentes transformadores poderia ser um primeiro passo a ser tomado. Retomar e ampliar a divulgação de sua história através de mais ações educativas patrimoniais em conjunto a formação escolar além da promoção de suas pesquisas são soluções que em teoria funcionam bem, mas que na prática demandam e carecem de recursos. Recursos esses que através de maior fiscalização e presença atuante da própria Guarda Municipal poderia inibir e auxiliar nos impedimentos aos impactos existentes na região, conforme placas orientativas que frequentemente tem que ser repostas pelo próprio PESET.

Recentemente a obra de revitalização da Praia de Itaipu foi anunciada e há uma grande expectativa em como essa revitalização irá influenciar na questão do turismo no local. Pode

ser uma ótima oportunidade de finalmente, haver uma gestão em conjunto através de parcerias entre Instituições e empreendedores, sejam eles público ou privados, em cooperação as esferas municipal (pela Prefeitura), estadual (pelo PESET) e federal (pelo MAI) e quem sabe assim alavancar a valorização do patrimônio arqueológico existente neste litoral fluminense.

Dessa forma, concluímos nossa pesquisa experimental com uma visão clara de que não há um consenso ou ainda solução imediata para a preservação da Duna Grande mesmo após dez anos de seu cercamento (se sim, é válido estar cercada ou não, deveria ser novamente reaberta a comunidade) pois faltam recursos para ambas as manutenções e ações, sejam elas de fiscalização e controle de degradação de placas e acessos não autorizados ou ainda de conscientização da população (não apenas de moradores ou trabalhadores da região) acerca da Duna enquanto área de preservação permanente interna a uma Unidade de Conservação. Uma possibilidade seria a musealização do sítio arqueológico, assim como aqueles realizados para o Sambaqui da Beirada, no Município de Saquarema/RJ mantido também com recursos da UFRJ ou ainda do Sambaqui da Tarioba, no Município de Rio das Ostas/RJ, mantido pela própria Prefeitura. No entanto musealizar um sítio arqueológico é uma discussão complexa e exige pesquisa e estudos de viabilidade, com demanda por recursos hoje inexistentes, seja por parte de verba pública ou privada. Ainda hoje ao se caminhar no entorno da Duna são visualizados vestígios arqueológicos (líticos lascados, ossos de fauna) erodidos das porções mais altas e do sítio em si. Este material, aliado a constante erosão, seja por agentes naturais, seja pelas invasões irregulares de diversos segmentos sociais no local, impactam a sua preservação.

No momento atual, percebe-se haver ainda uma carência com relação as noções básicas de Arqueologia e patrimônio Cultural, portanto propostas junto ao Museu já têm sido articuladas há alguns meses, além da continuidade de ações patrimoniais que vem sendo realizadas através da Associação de Windsurf de Niterói no Núcleo Náutico do PESET. Junto à comunidade acadêmica, buscamos nesse sentido, a apresentação do estado da arte atual de localização e existência desses dois sítios de modo a se buscar no presente Simpósio, formas e opiniões sobre como proceder tecnicamente ao acesso ao sítio e assim, retornar a comunidade, o pensamento daqueles que provavelmente já enfrentaram situações semelhantes em outros sítios arqueológicos no território nacional com a abertura para a reflexão e verificação de interesse em parcerias para fomentar ações que visem preservar a Duna Grande, seja cercando o sítio ou reabrindo após detalhada pesquisa arqueológica, para uma maior interação entre patrimônio e o sujeito, que possa talvez ser uma das

possíveis soluções para a valorização, conscientização e preservação deste sítio em particular.

Agradecimentos

Os autores agradecem a equipe do Museu de Arqueologia de Itaipu, em especial à diretora Eunice Laroque, que sempre tem apoiado as iniciativas e ideias propostas, além de todos os voluntários dos grupos das redes sociais do Parque Estadual da Serra da Tiririca e do Movimento "Lagoa para Sempre" que colaboraram na pesquisa. Agradecem ainda a todas as conversas e contribuições realizadas com o ex-gestor do PESET, Maurício Castro, que, durante sua rápida passagem pela gestão demonstrou-se totalmente a favor das atividades das nossas pesquisas.

Referências

ANDRADE, Marcela Nogueira. *Os olhares sobre o patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ) e sua ressignificação como paisagem cultural*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Orientadora: Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira

CARVALHO, Aline Vieira de; BACKX, Isabela. Patrimônios em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. *Métis:* história & cultura, v. 17, n. 33, p. 307-324, 2018.

CARVALHO, C. R. F. Relatório preliminar Salvamento de restos esqueléticos humanos no sítio Duna Grande – Itaipu – Niterói – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 24 a 30 Set. 2010.

DIAS JÚNIOR, O. F. A fase Itaipu, sítios sobre dunas no Estado do Rio de Janeiro. Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, III. *Pesquisas*, São Leopoldo, Anais, 20, p. 5-12, 1969.

DIAS JÚNIOR, O. F. Sinopse do "Arcaico" do litoral de São Paulo. 79/80 p j Schmitz; A.S. Barbosa; M.B Ribeiro (Eds.) Temas de Arqueologia Brasileira 3. *Anuário de Divulgação Científica Instituto Goiano de Pré- História e Antropologia*, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v.7, p.15-32, 1978.

DIAS JUNIOR, O. F; CARVALHO, E. A fase Itaipu, RJ. Novas considerações. *Arquivos do Museu de História Natural*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 8, n. 9, p. 95-106, 1983/84.

DIAS JUNIOR, O. F; CARVALHO, E.Tradição Itaipu (RJ) - Discussão de tópicos a proposta de um modelo teórico. Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, V, Santa Cruz do Sul. Anais. *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, Santa Cruz do Sul, p. 157-166, 1990.

FERCANT ARKHAIOS. *Relatório final - Projeto: Inventário e curadoria da coleção arqueológica Benedito Alves de Almeida do Museu Histórico de Santo Inácio, estado do Paraná*. Quitandinha, Paraná. Inédito, 2017.

FERCANT ARKHAIOS. *Relatório final - Projeto: Pesquisa sobre patrimônio Cultural, material e imaterial e inventário de acervos arqueológicos de instituições e museus dos municípios*

impactados pela Linha de transmissão 230KV Londrina-Maringá, estado do Paraná. Quitandinha, Paraná. Inédito, 2017.

GASPAR, Maria Dulce. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 6, p. 337-367, 1996.

GRAEL, Axel. *Serra da Tiririca e Lagoa de Itaipu são ameaçadas por especuladores*. 05/12/2009. Blog. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com/2009/12/serra-da-tiririca-e-lagoa-de-itaipu-sao.html>. Acesso em: 01 out. 2019.

INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (RJ). *Trilhas: Parque Estadual da Serra da Tiririca.* Trails: Serra da Tiririca State Park / Instituto Estadual do Ambiente (RJ). – Rio de Janeiro: INEA, 384p. : il. Col., 2015ª.

INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (RJ). *Plano de Manejo* (fase 1): Parque Estadual da Serra da Tiririca. – Rio de Janeiro: INEA, 2015b. 531p.: il. col., mais anexos. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/PESET-PM.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

KASPERSON, R. E.; DOW, K.; ARCHER, E. R. M.; CÁCERES, D.; DOWNING, T. E.; ELMQVIST, T.; ERIKSEN, S.; FOLKE, C.; HAN, G.; IYENGAR, K. VOGEL, C.; WILSON, K. A.; ZIERVOGEL, G. Vulnerable Peoples and Places. In: HASSAN, R,; SCHOLES, R.; ASH, N. 9 (ed.). *Ecosystems and human well-being*: current state and trends. Millennium Ecosystem Assessment. Washington, DC: Island Press, 2005.

KNEIP, L. M. Sambaqui do Forte - identificação espacial das atividades humanas e sua implicações (Cabo Frio, RJ, Brasil). *Coleção do Museu Paulista, S. Arqueologia*, São Paulo, v. 2, p. 81-142, 1976.

KNEIP, L. M. Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio, RJ. *Coleção Museu Paulista*, São Paulo, v. 5, p. 7-169, 1977.

KNEIP, L. M. Coleção Hildo de Mello Ribeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978. *Documentos de trabalho nº 3*: *Série arqueologia*. Rio de Janeiro: Depto. de Antropologia – MN/UFRJ, 1995.

KNEIP, L. M.; PALESTRINI, L.; CUNHA, F.L.S. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. IPHAN, 1981.

KNEIP, L. M.; PALLESTRINI, L. Arqueologia: estratigrafia, cronologia e estruturas do sambaqui do Zé do Espinho. In: KNEIP, L. M.; (Org.) *Coletores e Pescadores Pré-históricos de Guaratiba - Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EDUFF/Museu Nacional. 1987. p. 89 -141,

KNEIP, L. M.; CANCRIO, F.; RODRIGUES, B.H. O Sambaqui da Beirada (Saquarema - RJ). Aspectos culturais e paleoambientais. *Revista de Arqueologia. Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 41-55, 1990.

MAI – MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. *Relatório final - Projeto: Inventário participativo do Museu de Arqueologia de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Niterói, Rio de Janeiro. Inédito, 2018.

PRIMO, B. D.; CANTELE, F. C.; TIZUKA, M. M.; ARAUJO, M. L. Sobre objetos, pessoas e documentos: a construção participativa do acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu. In: *Anais do V Simpósio de Preservação do Patrimônio Arqueológico* (no prelo). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST, 2019.

ROHR, J. A. Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos testemunha. Centro de Pesquisas Arqueológicas. *Manuais de Arqueologia*, n. 3, 1970.

SELLES, Sandra Escovedo; ABREU, Martha. Darwin na Serra da Tiririca: caminhos entrecruzados entre a biologia e a história. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 05-26, Ago./ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2019.

TIZUKA, M. M.; KIPNIS, R. *Protocolo para registro para petroglifos e feições de polimento*. Porto Velho, Rondônia. 2011.

TURNER, B. L.; KASPERSON, R. E.; MATSONE, P. A.; MCCARTHYF, J. J.; CORELLG, R. W.; CHRISTENSENE, L., ECKLEYG, N. KASPERSONB, J. X.; LUERSE, A.; MARTELLOG, M. L.; POLSKYA C.; PULSIPHERA, A.; SCHILLERB, A. A framework for vulnerability analysis in sustainability science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. n. 14, v. 100, p. 8074–8079, 2003.